

*4ª reunião
Junta-se ao processo
do Projeto de Lei da Câmara
nº 26, de 2016.
Em 28.06.2016.*

OF. 068/2016/CAE

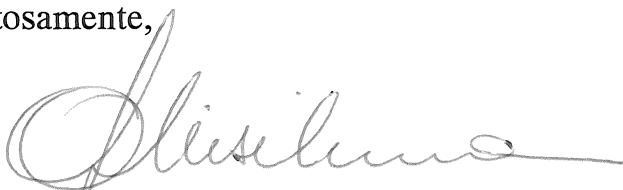
F. V. V.
Brasília, 27 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência o ofício 608/2016/GAB/PGR, que encaminha informações solicitadas por esta Comissão para a instrução do projeto de lei da Câmara nº 26 de 2016, que “dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa valores de sua remuneração; e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006”, posto que a matéria aguarda apreciação pelo Plenário do Senado Federal.

Respeitosamente,



Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidenta da Comissão de Assuntos Econômicos

Recebido em 28/06/2016
Hora 15:00
Cidella
Cidella Almeida - Matr. 284432

Ofício nº 608/2016/GAB/PGR

Brasília, 21 de junho de 2016.

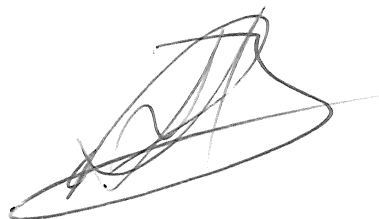
A Sua Excelência o Senhor
Senador RAIMUNDO LIRA
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos em exercício
Senado Federal
Brasília-DF

Senhor Presidente,

Em atenção ao pedido de informações desta comissão, encaminhado por meio eletrônico nesta data, referentes ao impacto orçamentário e financeiro do Projeto de Lei nº 26 de 2016 - que “dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa valores de sua remuneração, e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006” -, informo a Vossa Excelência o encaminhamento, nesta data, do Ofício MPU nº 603/2016 e do Ofício nº 179/2016/PRESI/CNMP, contendo as informações solicitadas por essa Comissão, conforme recibos de protocolo em anexo.

Colho o ensejo para informar que em ambos os ofícios foi feita referência ao número de origem do projeto na Câmara dos Deputados, no caso, PLC nº 6.697/2009, razão pela qual solicito sejam efetivamente acolhidos como informações complementares ao Projeto de Lei nº 26 de 2016, objeto, inclusive, do parecer favorável do Conselho Nacional do Ministério Público.

Atenciosamente,



RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

PGR-Secretaria-Geral do MPF - Enc.: OF. 066/2016/CAE

De: PGR-Chefia de Gabinete
Para: PGR-Secretaria-Geral do MPF
Data: 21/06/2016 18:10
Assunto: Enc.: OF. 066/2016/CAE
Anexos: ofscae066_e-info_MPU.pdf

Prezados,
repasso o e-mail da Comissão de Assuntos Econômicos.
Atenciosamente,
Kátia

>>> SACAE - Secretaria de Apoio à Comissão de Assuntos Econômicos <scomcae@senado.leg.br> 21/06/2016 17:52 >>>

De ordem do presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Raimundo Lira, encaminho a Sua Excelência o Senhor RODRIGO JANOT, chefe do Ministério Público da União e presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, em anexo, ofício solicitando informações adicionais para apreciação do impacto orçamentário e financeiro do projeto de Lei da Câmara nº 26 de 2016, que “dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa valores de sua remuneração; e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006”, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

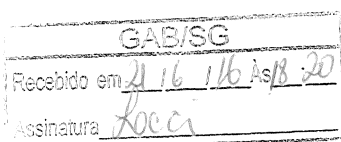
Solicito a gentileza de confirmar o recebimento deste e-mail e, assim que possível, que sejam encaminhadas as referidas informações.

Atenciosamente,

Camila Moraes Bittar
Secretária da Comissão de Assuntos Econômicos
Senado Federal – Secretaria de Comissões
Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Sala 17-B
70165-900 Brasília – DF
Telefone: + 55 (61) 3303-4683



“Antes de imprimir, pense em seu compromisso com o Meio Ambiente.”



OF. 066/2016/CAE

Brasília, 21 de junho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
RODRIGO JANOT

Chefe do Ministério Público da União e Presidente do Conselho Nacional
do Ministério Público

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 16ª reunião, ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada nesta data, o colegiado definiu que seriam necessárias informações adicionais para apreciação do impacto orçamentário e financeiro do projeto de Lei da Câmara nº 26 de 2016, que “dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público; fixa valores de sua remuneração; e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006”, em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, solicito que sejam fornecidas as seguintes informações para que seja dado prosseguimento à apreciação da respectiva matéria no Plenário do Senado Federal:

- (i) estimativa dos impactos orçamentários-financeiros no MPU e no CNMP do reajuste proposto no projeto nos exercícios de 2016 a 2019, segregando o impacto em ativos, inativos e pensionistas;
- (ii) estimativa dos impactos orçamentários-financeiros no MPU e no CNMP do reajuste dos cargos comissionados nos exercícios de 2016 a 2019, segregando o impacto em ativos, inativos e pensionistas;
- (iii) demonstração de que as novas despesas, conjugadas com a evolução legal das atuais despesas de pessoal, considerando as expectativas de novos provimentos,



SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

não resultará na ultrapassagem dos limites de despesas com pessoal do MPU e do CNMP estabelecidos nos arts. 20 a 22 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atenciosamente,

Assinatura manuscrita de Raimundo Lira, escrita em tinta preta, com uma traçada vertical longa e fina no final.

Senador RAIMUNDO LIRA
Presidente em exercício da Comissão de Assuntos Econômicos



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ofício nº 179/2016/PRESI-CNMP

Brasília, 21 de junho de 2016.

A Sua Excelência a Senhora
GLEISI HOFFMANN
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
Senado Federal
Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes
70160-900 - Brasília/DF

Assunto: Encaminha certidão da decisão plenária do CNMP, que aprovou o Relatório de Gestão Fiscal, que demonstra que a despesa do Projeto de Lei nº 6.697-C/2009 atende aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Excelentíssima Senhora Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para fins de atendimento ao disposto no art. 98, IV, da Lei nº 13.242/2015, certidão da decisão plenária Conselho Nacional do Ministério Público, que, durante a sua 12ª Sessão Ordinária, realizada nesta data, aprovou por unanimidade o Relatório de Gestão Fiscal, que demonstra que a despesa referente ao Projeto de Lei nº 6.697-C/2009 (dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público, fixa valores de sua remuneração e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006) atende aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atenciosamente,

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

*Recebido
em 21/06/2016
Cliane*

Ofício nº 603

Brasília, 21 de junho de 2016.

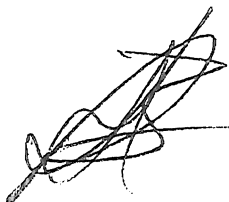
A Sua Excelência a Senhora
Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: Parecer do CNMP

Senhora Presidente,

1. Encaminho a Vossa Excelência, para as providências cabíveis, parecer do Conselho Nacional do Ministério Público sobre o impacto da despesa referente ao Projeto de Lei 6697-C de 2009, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e das carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público.
2. Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

*Recebido em 21/06/16
Gleane*

Ofício nº 603

Brasília, 21 de junho de 2016.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora GLEISI HOFFMANN
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
Senado Federal
Brasília – DF

Assunto: **Parecer do CNMP**

Senhora Presidente,

1. Encaminho a Vossa Excelência, para as providências cabíveis, parecer do Conselho Nacional do Ministério Público sobre o impacto da despesa referente ao Projeto de Lei 6697-C de 2009, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e das carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público.
2. Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e consideração.

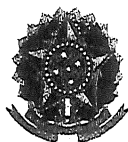
Atenciosamente,



RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Recebi o original
Em 21/6/16, às 17h46 horas
Nome: Camila Bittor
Matrícula: 221134

Camila Moraes Bittor
Secretária da Comissão de
Assuntos Econômicos



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ofício nº 179/2016/PRESI-CNMP

Brasília, 21 de junho de 2016.

A Sua Excelência a Senhora
GLEISI HOFFMANN
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
Senado Federal
Palácio do Congresso Nacional – Praça dos Três Poderes
70160-900 - Brasília/DF

Assunto: Encaminha certidão da decisão plenária do CNMP, que aprovou o Relatório de Gestão Fiscal, que demonstra que a despesa do Projeto de Lei nº 6.697-C/2009 atende aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Excelentíssima Senhora Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para fins de atendimento ao disposto no art. 98, IV, da Lei nº 13.242/2015, certidão da decisão plenária Conselho Nacional do Ministério Público, que, durante a sua 12ª Sessão Ordinária, realizada nesta data, aprovou por unanimidade o Relatório de Gestão Fiscal, que demonstra que a despesa referente ao Projeto de Lei nº 6.697-C/2009 (dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público, fixa valores de sua remuneração e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006) atende aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Atenciosamente,

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público

Recebi o original
Em 21/6/16, às 17h46 horas
Nome: Camila Moraes Bittar
Matrícula: 321184

Camila Moraes Bittar
Secretária da Comissão de
Assuntos Econômicos



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

12ª Sessão Ordinária – 21.06.2016

ANTEPROJETO DE LEI N.º 1.000198/2015-60

Relator: Conselheiro Sérgio Ricardo de Souza

Requerentes: Ministério Público Militar

Ministério Público do Trabalho

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

Escola Superior do Ministério Público da União

Assunto: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016. Propostas orçamentárias do Ministério Público Militar, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Ministério Público do Trabalho e Escola Superior do Ministério Público da União.

Presidente da Sessão: Cláudio Henrique Portela do Rego – Corregedor Nacional

Secretário-Geral: Silvio Roberto Oliveira de Amorim Junior

Deliberação: O Conselho, diante de questão de ordem apresentada pelo Presidente, em exercício, Conselheiro Cláudio Henrique Portela do Rego, para fins de atendimento ao disposto no art. 98, incisos I e II, da Lei nº 13.242/2015, aprovou, por unanimidade, o Relatório de Gestão Fiscal, que demonstra que a despesa referente ao projeto de Lei nº 6.697 – C/2009 (dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho nacional do Ministério Público, fixa valores de sua remuneração e revoga a Lei nº 11.415, de 15 de dezembro de 2006) atende aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, expedindo parecer favorável, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Presidente do CNMP, Rodrigo Janot Monteiro de Barros.


Daniela Nunes Faria Teixeira
Secretária Processual
SG/CNMP

ANÁLISE DA PROPOSTA DE REAJUSTE DOS SERVIDORES DO MPU

RELATÓRIO
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (Art. 16, § 2º e 17 - LRF)
AFERIÇÃO DOS LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL (Art. 19 - LRF)

Órgão Interessado: Ministério Público da União (exceto MPDFT)

Fundamento Legal:

1) QUADRO QUANTITATIVO FÍSICO

CARGOS EFETIVOS					CARGOS EM COMISSÃO (CC)		FUNÇÕES COMISSONADAS (FC)	
TIPO	ATIVO	INATIVO	TOTAL	Anexo V (2015 e 2016)	TIPO	QUANT.	TIPO	QUANT.
Analista	C13	981	283	1.264	CC-01 OPÇÃO	276	FC - 01 OPÇÃO	935
	C12	65	1	66	CC-01 INTEGRAL	50	FC - 01 INTEGRAL	-
	C11	203	3	206	CC-02 OPÇÃO	1.138	FC - 02 OPÇÃO	2.294
	C10	197	-	197	CC-02 INTEGRAL	821	FC - 02 INTEGRAL	-
	C09	332	2	334	CC-03 OPÇÃO	321	FC - 03 OPÇÃO	698
	B08	311	2	313	CC-03 INTEGRAL	60	FC - 03 INTEGRAL	-
	B07	251	2	253	CC-04 OPÇÃO	141		
	B06	138	-	138	CC-04 INTEGRAL	47		
	B05	155	2	157	CC-05 OPÇÃO	201		
	B04	228	2	230	CC-05 INTEGRAL	55		
	A03	459	2	461	CC-06 OPÇÃO	58		
	A02	379	3	382	CC-06 INTEGRAL	12		
	A01	526	-	526	CC-07 OPÇÃO	3		
	C13	3.147	1.597	4.744	CC-07 INTEGRAL	-		
	C12	64	10	74	CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	3		
	C11	465	7	472				
	C10	438	7	445				
Técnico	C09	529	6	535				
	B08	515	7	522				
	B07	314	10	324				
	B06	391	5	396				
	B05	398	8	406				
	B04	480	4	484				
	A03	759	9	768				
	A02	482	-	482				
	A01	652	2	654				
Subtotal I	12.859	1.974	14.833	-				
Total	12.859	1.974	14.833	-	Total	3.186	Total	3.927

Nota: foi considerado o quantitativo físico dos servidores constante da base março para analistas, técnicos, funções de confiança e cargos em comissão. Foi acrescido à base o quantitativo físico relativo aos Ingressos previstos para 2015 e 2016 (Anexo V da LOA 2015 e PLOA 2016). A despesa referente à criação dos Cargos de Natureza Especial está considerada no limite dos Ingressos para 2016.

2) ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (LC 101/2000, Arts. 16 e 17)

	2016	2017	2018	2019	2020
DESPESA OBRIGATORIA DE CARÁTER CONTINUADO					
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	165.697.837	409.418.566	599.968.046	883.937.792	906.624.301
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0	0	0	0	0
TOTAL	165.697.837	409.418.566	599.968.046	883.937.792	906.624.301

3) AFERIÇÃO DOS LIMITES DE PESSOAL DA LC 101/2000 (Limite Legal - arts. 19 e 20, I, d. Limite Prudencial - Art. 22, Parágrafo Único)

	2016	2017	2018	2019
DESPESA COM PESSOAL (dotação para 2016, deduzida das fontes 156 e 169)(*) (**)	3.224.376.032	3.224.376.033	3.224.376.033	3.224.376.033
ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DESTA PROPOSTA DE REAJUSTE	165.697.837	409.418.566	599.968.046	883.937.792
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL PARA AFERIÇÃO DE LIMITES DA LRF	3.390.073.869	3.633.794.599	3.824.344.079	4.108.313.825
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	700.438.648.000	735.460.580.400	770.394.957.969	805.062.731.078
PARTICIPAÇÃO DO MPU (EXCETO MPDFT) NA RCL - (% DA RCL)	0,4840%	0,4941%	0,4964%	0,5103%
LIMITE LEGAL (Arts. 19 e 20, I, d)	4.202.631.888	4.412.763.482	4.622.369.748	4.830.376.386
LIMITE PRUDENCIAL (95% DO LIMITE LEGAL - Art. 22, parágrafo único)	3.992.500.294	4.192.125.308	4.391.251.260	4.588.857.567
MARGEM RESIDUAL (LIMITE PRUDENCIAL - DESPESA TOTAL)	602.426.424	558.330.709	566.907.181	480.543.742

* Conforme a 6ª edição do Manual de Elaboração do RGF, aprovada pela Portaria STN/MF nº 632, de 30/08/2006, pg. 31, foram deduzidas da despesa de pessoal as fontes 156 e 169, destinadas ao pagamento de aposentadorias e pensões. Foi considerada a dotação referente à alteração da estrutura de carreiras e aumento de remuneração, excluída desta, a dotação referente ao MPDFT.

** Foi considerada a dotação prevista no PLOA 2016

	2020
DESPESA ATUAL COM PESSOAL (dotação para 2016, deduzida das fontes 156 e 169)(*) (**)	3.224.376.033
ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DESTA PROPOSTA DE REAJUSTE	906.624.301
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL PARA AFERIÇÃO DE LIMITES DA LRF	4.131.000.334
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	841.290.553.976
PARTICIPAÇÃO DO MPU (EXCETO MPDFT) NA RCL - (% DA RCL)	0,4910%
LIMITE LEGAL (Arts. 19 e 20, I, d)	5.047.743.324
LIMITE PRUDENCIAL (95% DO LIMITE LEGAL - Art. 22, parágrafo único)	4.795.356.158
MARGEM RESIDUAL (LIMITE PRUDENCIAL - DESPESA TOTAL)	664.355.824

COMENTÁRIO:

O acréscimo decorrente da proposta de reajuste prevista no Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara 41/2015 não excederá os limites (legal e prudencial) estabelecidos pela LRF, considerando a projeção da RCL.

ANÁLISE DA PROPOSTA DE REAJUSTE DOS SERVIDORES DO MPU

PLANILHA DE CÁLCULO
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (Art. 16, §2º e 17 - LRF)

*Premissas e metodologia utilizadas - Arts. 16, §2º e 19 da LRF

FUNDAMENTO LEGAL:
ÓRGÃO INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (exceto MPDFT)

A) QUADRO QUANTITATIVO FÍSICO

CARGOS EFETIVOS						CARGOS EM COMISSÃO (CC)		FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)	
TIPO		ATIVO	INATIVO	TOTAL	Anexo V (2015 e2016)	QUANT.		QUANT.	
Analista	C13	981	283	1.264	-	CC-01 OPÇÃO	276	FC - 01 OPÇÃO	935
	C12	65	1	66	-	CC-01 INTEGRAL	50	FC - 01 INTEGRAL	-
	C11	203	3	206	-	CC-02 OPÇÃO	1.138	FC - 02 OPÇÃO	2.294
	C10	197	-	197	-	CC-02 INTEGRAL	821	FC - 02 INTEGRAL	-
	C09	332	2	334	-	CC-03 OPÇÃO	321	FC - 03 OPÇÃO	698
	B08	311	2	313	-	CC-03 INTEGRAL	60	FC - 03 INTEGRAL	-
	B07	251	2	253	-	CC-04 OPÇÃO	141		
	B06	138	-	138	-	CC-04 -INTEGRAL	47		
	B05	155	2	157	-	CC-05 OPÇÃO	201		
	B04	228	2	230	-	CC-05 INTEGRAL	55		
	A03	459	2	461	-	CC-06 OPÇÃO	58		
	A02	379	3	382	-	CC-06 INTEGRAL	12		
	A01	526	-	526	-	CC-07 OPÇÃO	3		
	Técnico	C13	3.147	1.597	4.744	-	CC-07 INTEGRAL	-	
C12		64	10	74	-	CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	3		
C11		465	7	472	-				
C10		438	7	445	-				
C09		529	6	535	-				
B08		515	7	522	-				
B07		314	10	324	-				
B06		391	5	396	-				
B05		398	8	406	-				
B04		480	4	484	-				
A03		759	9	768	-				
A02		482	-	482	-				
A01		652	2	654	-				
Subtotal I		12.859	1.974	14.833	-				
Total		12.859	1.974	14.833	-	Total	3.186	Total	3.927

B) CARGOS DE MEMBROS

R\$1,00

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	Estimativa de Impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei	1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
		nº de meses → Ano →	0 2015	0 2016	0 2017
a) REMUNERAÇÃO MENSAL (SUBSÍDIO)	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)	0	0	0
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses	0	0	0
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a	0	0	0
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. Mensal x físico ativo) x 1,56	0	0	0
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d	0	0	0
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x meses+1) x 8,5%	0	0	0
g) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	g = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)+c)-base Funpresp) x	0	0	0
h) IMPACTO ANUAL TOTAL		h = e + f + g	0	0	0

C) CARGOS EFETIVOS

R\$1,00

			Estimativa de Impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei				Estimativa de Impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei
IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	TOTAL	1ª, 2ª e 3ª parcelas
		nº de meses → Ano →	7 2016	6 2016	2 2016	2016	12 2017
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)	6.628.404	6.768.230	5.509.837		19.265.012
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses	46.398.829	40.609.379	11.019.673	98.027.881	231.180.145
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a	6.628.404	6.768.230	5.509.837	18.906.471	19.265.012
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo)/3	1.906.573	1.946.792	1.584.700	5.438.065	5.556.462
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d	54.933.806	49.324.401	18.114.209	122.372.417	256.001.619
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%	0	0	0	0	0
h) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	h = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)+c)-base Funpresp)	9.227.815	8.137.592	2.440.437	19.805.845	45.229.599
i) IMPACTO ANUAL TOTAL		i = e + f + g + h	64.161.622	57.461.993	20.554.647	142.178.262	301.231.218

R\$1,00

			Estimativa de Impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei			Estimativa de Impacto para o 3º exercício da entrada em vigor da Lei
IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	4ª parcela	5ª parcela	TOTAL	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas (70%)
		nº de meses → Ano →	7 2017	2 2017	2017	12 2018
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)	5.012.267	7.979.286		32.838.746
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses	35.085.866	15.958.572	282.224.583	394.064.952
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a	5.012.267	7.979.286	32.256.565	32.838.746
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo)/3	1.445.899	2.301.489	9.303.851	9.496.389
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d	41.544.032	26.239.347	323.784.998	436.400.087
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%	0	0	0	0
h) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	h = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)+c)-base Funpresp)	6.998.153	3.544.294	55.772.046	77.300.603
i) IMPACTO ANUAL TOTAL		i = e + f + g + h	48.542.186	29.783.640	379.557.044	513.700.690

R\$1,00

			Estimativa de Impacto para o 3º exercício da entrada em vigor da Lei			Estimativa de Impacto para o 4º exercício da entrada em vigor da Lei
IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	6ª parcela	7ª parcela	TOTAL	1º Exercício Subsequente
		nº de meses →	7	2		12
		Ano →	2018	2018	2018	2019
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)	3.771.626	5.318.809		42.563.401
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses	26.401.385	10.637.617	431.103.954	510.760.812
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a	3.771.626	5.318.809	41.929.181	42.563.401
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo)/3	1.090.685	1.538.108	12.125.182	12.334.677
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d	31.263.696	17.494.534	485.158.317	565.658.890
f) FUNPESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%	0	0	0	0
h) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	h = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)+c)-base Funpresp) x 22%	5.278.918	2.368.686	84.948.207	100.404.272
j) IMPACTO ANUAL TOTAL		i = e + f + g + h	36.542.614	19.863.220	570.106.524	666.063.162

R\$1,00

			Estimativa de Impacto para o 4º exercício da entrada em vigor da Lei		Estimativa de Impacto para o 5º exercício da entrada em vigor da Lei
IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	8ª parcela	TOTAL	1º Exercício Subsequente
		nº de meses →	12		12
		Ano →	2019	2019	2020
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)	12.691.912		56.009.796
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses	152.302.949	663.063.761	672.117.553
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a	12.691.912	55.255.313	56.009.796
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo)/3	2.518.408	14.853.085	16.262.082
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d	167.513.269	733.172.160	744.389.431
f) FUNPESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%	0	0	0
h) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	h = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)+c)-base Funpresp)	20.499.839	120.904.111	132.373.348
j) IMPACTO ANUAL TOTAL		i = e + f + g + h	188.013.109	854.076.270	876.762.779

D) CARGOS EM COMISSÃO (CC) E FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)

R\$1,00

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	Reajuste de CC's		
			Estimativa de Impacto para o exercício da entrada em vigor da Lei	1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
			2016	2017	2018
a) GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIOS DE CARGOS		$a = (\text{rem. mensal} \times \text{físico})$ $n^\circ \text{ de meses} \rightarrow$	abr/16 2.113.982	jan/17 2.113.982	jan/18 2.113.982
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	$b = a \times n^\circ \text{ de meses}$	19.025.838	25.367.784	25.367.784
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	$c = a$	2.113.982	2.113.982	2.113.982
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	$d = a/3$	704.661	704.661	704.661
e) INSS (servidor sem vínculo)	3.3.1.90.13	$e = (\text{rem. mensal} \times \text{físico de ativo} \times \text{meses} \times 0,2) *$	1.675.095	1.675.095	1.675.095
e) IMPACTO ANUAL TOTAL	3.3.1.90.11	f = b + c + d + e	23.519.576	29.861.522	29.861.522

* INSS calculado sobre os Cargos em Comissão Integrais

E) BENEFÍCIOS (Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, conforme Art. 17 da LRF)

R\$1,00

Benefícios	Natureza da Despesa	Benefícios	Qte de beneficiários em 2015	Qte de beneficiários em 2016	Estimativa de Impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de Impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei	1º Exercício Subsequente
					2016	2017	2018
a) Auxílio Alimentação	3.3.3.90.46				0,00	0,00	0,00
b) Auxílio Transporte	3.3.3.90.49				0,00	0,00	0,00
c) Auxílio Pré-escolar	3.3.3.90.08				0,00	0,00	0,00
d) Assistência Médica e Odontológica	3.3.3.90.39				0,00	0,00	0,00
e) TOTAL MENSAL DE BENEFÍCIOS	$e = a + b + c + d$				0,00	0,00	0,00
f) TOTAL ANUAL DE BENEFÍCIOS	f = e x nº de meses				0,00	0,00	0,00

F) ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO (Art. 16 e 17 da LRF)

R\$1,00

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	Estimativa de Impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de Impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de Impacto para o 3º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de Impacto para o 4º exercício da entrada em vigor da Lei
			nº de meses →			
			2016	2017	2018	2019
a) REMUNERAÇÃO ANUAL	3.3.1.90.11	$a = B(b) + C(b) + D(b)$	117.053.719	307.592.367	456.471.738	688.431.545
b) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	$b = B(c) + C(c) + D(c)$	21.020.453	34.370.547	44.043.163	57.369.295
c) FÉRIAS	3.3.1.90.11	$c = B(d) + C(d) + D(d)$	6.142.726	10.008.511	12.829.843	15.557.746
d) SOMA	3.3.1.90.11	$d = a + b + c$	144.216.898	351.971.425	513.344.744	761.358.586
e) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	$e = B(g) + C(g)$	19.805.845	55.772.046	84.948.207	120.904.111
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	$f = B(f) + C(f)$	0	0	0	0
g) INSS	3.3.1.91.13	$g = D(e)$	1.675.095	1.675.095	1.675.095	1.675.095
h) TOTAL - DESPESA DE PESSOAL		$h = d + e + f + g$	165.697.837	409.418.566	599.968.046	883.937.792
i) BENEFÍCIOS	Veja Quadro E	$i = E(f)$	0	0	0	0
j) IMPACTO ANUAL TOTAL		j = h + i	165.697.837	409.418.566	599.968.046	883.937.792

R\$1,00

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo		1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
		nº de meses →			
		Ano →			
				2020	2021
a) REMUNERAÇÃO ANUAL	3.3.1.90.11	a = B(b) + C(b) + D(b)		697.485.337	697.485.337
b) 13ª SALÁRIO	3.3.1.90.11	b = B(c) + C(c) + D(c)		58.123.778	58.123.778
c) FÉRIAS	3.3.1.90.11	c = B(d) + C(d) + D(d)		16.966.743	16.966.743
d) SOMA	3.3.1.90.11	d = a + b + c		772.575.858	772.575.858
e) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	e = B(g) + C(g)		132.373.348	132.373.348
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = B(f) + C(f)		0	0
g) INSS	3.3.1.91.13	g = D (e)		1.675.095	1.675.095
h) TOTAL - DESPESA DE PESSOAL		h = d + e + f + g		906.624.301	906.624.301
i) BENEFÍCIOS	Veja Quadro E	i = E(f)		0	0
j) IMPACTO ANUAL TOTAL		j = h + i		906.624.301	906.624.301

G) AFERIÇÃO DOS LIMITES DA LRF (Conforme Art. 19 da LRF)

R\$1,00

ITENS	Memória de Cálculo				Limites LRF
a) ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DA DESPESA COM PESSOAL	a = item (h)do Quadro (F)				165.697.837
b) DOTAÇÃO DE PESSOAL PLOA 2015	b = Dotação prevista no PLOA 2015 (deduzidas as fontes 156 e 169)				3.224.376.032
c) DESPESA DE PESSOAL PREVISTA	c = a + b				3.390.073.869
d) LIMITE LEGAL LRF (% da LRF)	d = Receita Corrente Líquida	01/01/2015 a 31/12/2015 (projeção)	700.438.648.000	0,4840%	4.202.631.888
e) LIMITE PRUDENCIAL	e = d x 95%				3.992.500.294
f) MARGEM RESIDUAL (não utilizada)	f = d - c				812.558.019

ANÁLISE DA PROPOSTA DE REAJUSTE DOS SERVIDORES DO MPU

RELATÓRIO
ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (Art. 16, § 2º e 17 - LRF)
AFERÇÃO DOS LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL (Art. 19 - LRF)

Órgão Interessado: MPDFT

1) QUADRO QUANTITATIVO FÍSICO

CARGOS EFETIVOS					CARGOS EM COMISSÃO (CC)		FUNÇÕES COMISSONADAS (FC)	
TIPO	ATIVO	INATIVO	TOTAL	Anexo V (2015 e2016)	TIPO	QUANT.	TIPO	QUANT.
Analista	C13	70	30	100	CC-01 OPÇÃO	143	FC - 01 OPÇÃO	87
	C12	15	1	16	CC-01 INTEGRAL	9	FC - 01 INTEGRAL	-
	C11	12	-	12	CC-02 OPÇÃO	167	FC - 02 OPÇÃO	472
	C10	8	-	8	CC-02 INTEGRAL	9	FC - 02 INTEGRAL	-
	C09	15	-	15	CC-03 OPÇÃO	29	FC - 03 OPÇÃO	241
	B08	76	-	76	CC-03 INTEGRAL	1	FC - 03 INTEGRAL	-
	B07	132	-	132	CC-04 OPÇÃO	39		
	B06	18	-	18	CC-04 - INTEGRAL	3		
	B05	25	-	25	CC-05 OPÇÃO	15		
	B04	52	-	52	CC-05 INTEGRAL	4		
	A03	92	-	92	CC-06 OPÇÃO	-		
	A02	106	1	107	CC-06 INTEGRAL	-		
	A01	117	-	117	CC-07 OPÇÃO	-		
Técnico	C13	322	105	427	CC-07 INTEGRAL	-		
	C12	9	-	9	CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	-		
	C11	29	-	29				
	C10	18	-	18				
	C09	21	-	21				
	B08	90	-	90				
	B07	82	-	82				
	B06	18	-	18				
	B05	46	-	46				
	B04	77	-	77				
	A03	132	-	132				
	A02	74	-	74				
	A01	139	-	139				
Subtotal I	1.795	137	1.932	-				
Total	1.795	137	1.932	-	Total	419	Total	800

Nota: foi considerado o quantitativo físico dos servidores constante da base março para analistas, técnicos, funções de confiança e cargos em comissão. Foi acrescido à base o quantitativo físico relativo aos Ingressos previstos para 2015 e 2016 (Anexo V da LOA 2015 e PLOA 2016). A despesa referente à criação dos Cargos de Natureza Especial está considerada no limite dos Ingressos para 2016.

2) ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (LC 101/2000, Arts. 16 e 17)

	2016	2017	2018	2019	2020
DESPESA OBRIGATÓRIA DE CARÁTER CONTINUADO					
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.856.181	52.945.963	78.512.332	117.341.088	120.751.751
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0	0	0	0	0
TOTAL	20.856.181	52.945.963	78.512.332	117.341.088	120.751.751

3) AFERIÇÃO DOS LIMITES DE PESSOAL DA LC 101/2000 (Limite Legal - arts. 19 e 20, I, d. Limite Prudencial - Art. 22, Parágrafo Único)

	2016	2017	2018	2019
DESPESA COM PESSOAL (dotação para 2016, deduzida das fontes 156 e 169)(*) (**)	496.856.437	496.856.437	496.856.437	496.856.437
ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DESTA PROPOSTA DE REAJUSTE	20.856.181	52.945.963	78.512.332	117.341.088
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL PARA AFERIÇÃO DE LIMITES DA LRF	517.712.618	549.802.400	575.368.769	614.197.525
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	700.438.648.000	735.460.580.400	770.394.957.969	805.062.731.078
PARTICIPAÇÃO DO MPU (EXCETO MPDFT) NA RCL - (% DA RCL)	0,0739%	0,0748%	0,0747%	0,0763%
LIMITE LEGAL (Arts. 19 e 20, I, d)	644.403.556	676.623.734	708.763.361	740.657.713
LIMITE PRUDENCIAL (95% DO LIMITE LEGAL - Art. 22, parágrafo único)	612.848.795	642.792.547	673.325.193	703.624.827
MARGEM RESIDUAL (LIMITE PRUDENCIAL - DESPESA TOTAL)	95.136.177	92.990.147	97.956.424	89.427.301

* Conforme a 6ª edição do Manual de Elaboração do RGF, aprovada pela Portaria STN/HF nº 632, de 30/08/2006, pg. 31, foram deduzidas da despesa de pessoal as fontes 156 e 169, destinadas ao pagamento de aposentadorias e pensões. Foi considerada a dotação referente à alteração da estrutura de carreiras e aumento de remuneração, excluída desta, a dotação referente ao MPDFT.

** Foi considerada a dotação prevista no PLOA 2016

	2020
DESPESA ATUAL COM PESSOAL (dotação para 2016, deduzida das fontes 156 e 169)(*) (**)	496.856.437
ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DESTA PROPOSTA DE REAJUSTE	120.751.751
TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL PARA AFERIÇÃO DE LIMITES DA LRF	617.608.188
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	841.290.553.976
PARTICIPAÇÃO DO MPU (EXCETO MPDFT) NA RCL - (% DA RCL)	0,0734%
LIMITE LEGAL (Arts. 19 e 20, I, d)	773.987.310
LIMITE PRUDENCIAL (95% DO LIMITE LEGAL - Art. 22, parágrafo único)	735.287.944
MARGEM RESIDUAL (LIMITE PRUDENCIAL - DESPESA TOTAL)	117.679.756

COMENTÁRIOS:

O acréscimo decorrente da proposta de reajuste prevista no Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara 41/2015 não excederá os limites (legal e prudencial) estabelecidos pela LRF, considerando a projeção da RCL.

ANÁLISE DA PROPOSTA DE REAJUSTE DOS SERVIDORES DO MPU

PLANILHA DE CÁLCULO

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (Art. 16, §2º e 17 - RF)

*Premissas e metodologia utilizadas - Arts. 16, §2º e 19 da LRF

ÓRGÃO INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (exceto MPDFT)

A) QUADRO QUANTITATIVO FÍSICO

CARGOS EFETIVOS					CARGOS EM COMISSÃO (CC)		FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)		
TIPO	ATIVO	INATIVO	TOTAL	Anexo V (2015 e 2016)	TIPO	QUANT.	TIPO	QUANT.	
Analista	C13	70	30	100	-	CC-01 OPÇÃO	143	FC - 01 OPÇÃO	87
	C12	15	1	16	-	CC-01 INTEGRAL	9	FC - 01 INTEGRAL	-
	C11	12	-	12	-	CC-02 OPÇÃO	167	FC - 02 OPÇÃO	472
	C10	8	-	8	-	CC-02 INTEGRAL	9	FC - 02 INTEGRAL	-
	C09	15	-	15	-	CC-03 OPÇÃO	29	FC - 03 OPÇÃO	241
	B08	76	-	76	-	CC-03 INTEGRAL	1	FC - 03 INTEGRAL	-
	B07	132	-	132	-	CC-04 OPÇÃO	39		
	B06	18	-	18	-	CC-04 -INTEGRAL	3		
	B05	25	-	25	-	CC-05 OPÇÃO	15		
	B04	52	-	52	-	CC-05 INTEGRAL	4		
	A03	92	-	92	-	CC-06 OPÇÃO	-		
	A02	106	1	107	-	CC-06 INTEGRAL	-		
	A01	117	-	117	-	CC-07 OPÇÃO	-		
Técnico	C13	322	105	427	-	CC-07 INTEGRAL	-		
	C12	9	-	9	-	CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL	-		
	C11	29	-	29	-				
	C10	18	-	18	-				
	C09	21	-	21	-				
	B08	90	-	90	-				
	B07	82	-	82	-				
	B06	18	-	18	-				
	B05	46	-	46	-				
	B04	77	-	77	-				
	A03	132	-	132	-				
	A02	74	-	74	-				
	A01	139	-	139	-				
Subtotal I	1.795	137	1.932	-					
Total	1.795	137	1.932	-	Total	419	Total	800	

B) CARGOS DE MEMBROS

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	Estimativa de Impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei			1º Exercício Subsequente		2º Exercício Subsequente	
			nº de meses →			0		0	
			Ano →			2016		2017	
a) REMUNERAÇÃO MENSAL (SUBSÍDIO)	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)				0	0	0	0
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses				0	0	0	0
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a				0	0	0	0
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. Mensal x físico ativo) x 1,56				0	0	0	0
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d				0	0	0	0
f) FUNPRES	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x meses+1) x 8,5%				0	0	0	0
g) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	g = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)+c)-base Funpresp				0	0	0	0
h) IMPACTO ANUAL TOTAL		h = e + f + g				0	0	0	0

C) CARGOS EFETIVOS

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	Estimativa de Impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei				Estimativa de Impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei	
			1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	TOTAL	1ª, 2ª e 3ª parcelas	
			7	6	2		12	
			Ano →	Ano →	Ano →	2016	2017	
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)	858.495	876.605	713.525		2.512.805	
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses	6.009.463	5.259.628	1.427.051	12.696.142	30.153.662	
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a	858.495	876.605	713.525	2.448.625	2.512.805	
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo)/3	264.070	269.641	219.465	753.175	774.542	
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d	7.132.028	6.405.873	2.360.041	15.897.942	33.441.010	
f) FUNPRES	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%	0	0	0	0	0	
h) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	h = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)+c)-base Funpresp	1.278.099	1.127.097	337.976	2.743.172	6.304.773	
i) IMPACTO ANUAL TOTAL		i = e + f + g + h	8.410.127	7.532.970	2.698.017	18.641.114	39.745.783	

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	Estimativa de Impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei			Estimativa de Impacto para o 3º exercício da entrada em vigor da Lei	
			4ª parcela	5ª parcela	TOTAL	1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas (70%)	
			7	2		12	
			Ano →	Ano →	2017	2018	
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)	654.339	1.040.958		4.308.426	
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses	4.580.373	2.081.915	36.815.951	51.701.108	
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a	654.339	1.040.958	4.208.102	4.308.426	
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo)/3	201.726	320.874	1.297.142	1.330.559	
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d	5.436.438	3.443.747	42.321.194	57.340.093	
f) FUNPRES	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%	0	0	0	0	
h) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	h = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)+c)-base Funpresp	976.354	494.146	7.775.273	10.830.748	
i) IMPACTO ANUAL TOTAL		i = e + f + g + h	6.412.792	3.937.893	50.096.467	68.170.841	

				Estimativa de Impacto para o 3º exercício da entrada em vigor da Lei			Estimativa de Impacto para o 4º exercício da entrada em vigor da Lei
IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo		6ª parcela	7ª parcela	TOTAL	1º Exercício Subsequente
		nº de meses -->		7	2		12
		Ano -->		2018	2018	2018	2019
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)		494.834	697.826		5.616.673
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses		3.463.836	1.395.653	56.560.597	67.400.070
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a		494.834	697.826	5.501.086	5.616.673
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo)/3		152.818	215.508	1.698.885	1.737.381
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d		4.111.488	2.308.987	63.760.567	74.754.124
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%		0	0	0	0
h) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	h = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)+c)-base Funpresp x 22%		739.639	331.882	11.902.269	14.142.281
II) IMPACTO ANUAL TOTAL		l = e + f + g + h		4.851.126	2.640.869	75.662.836	88.896.405

R\$1,00

				Estimativa de Impacto para o 4º exercício da entrada em vigor da Lei		Estimativa de Impacto para o 5º exercício da entrada em vigor da Lei
IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo		8ª parcela	TOTAL	1º Exercício Subsequente
		nº de meses -->		12		12
		Ano -->		2019	2019	2020
a) REMUNERAÇÃO MENSAL	3.3.1.90.11	a = (rem. mensal x físico)		1.674.825		7.447.193
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses		20.097.901	87.497.971	89.366.319
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a		1.674.825	7.291.498	7.447.193
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = (rem. mensal x físico de ativo)/3		418.212	2.155.593	2.307.302
e) DESPESA ANUAL	3.3.1.90.11	e = b + c + d		22.190.939	96.945.062	99.120.815
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = ((rem. mensal x físico Anexo V x (meses+1)) x 8,5%		0	0	0
h) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	h = ((rem. mensal x físico de ativo x meses)+c)-base Funpresp		3.404.250	17.546.530	18.781.441
II) IMPACTO ANUAL TOTAL		l = e + f + g + h		25.595.188	114.491.593	117.902.256

D) CARGOS EM COMISSÃO (CC) E FUNÇÕES COMISSIONADAS (FC)

			R\$1,00		
IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	Reajuste de CC's		
			Estimativa de Impacto para o exercício da entrada em vigor da Lei	1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
		Ano -->	2016	2017	2018
a) GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIOS DE CARGOS		a = (rem. mensal x físico) nº de meses -->	abr/16 211.476 9	jan/17 211.476 12	jan/18 211.476 12
b) VALOR ANUAL	3.3.1.90.11	b = a x nº de meses	1.903.286	2.537.714	2.537.714
c) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	c = a	211.476	211.476	211.476
d) FÉRIAS	3.3.1.90.11	d = a/3	70.492	70.492	70.492
e) INSS (servidor sem vínculo)	3.3.1.90.13	e = (rem. mensal x físico de ativo x meses x 0,2) *	29.813	29.813	29.813
f) IMPACTO ANUAL TOTAL	3.3.1.90.11	f = b + c + d + e	2.215.067	2.849.496	2.849.496

* INSS calculado sobre os Cargos em Comissão integrais

E) BENEFÍCIOS (Despesas Obrigatórias de Caráter Continuoado, conforme Art. 17 da LRF)

							R\$1,00
Benefícios	Natureza da Despesa	Benefícios	Qte de beneficiários em 2015	Qte de beneficiários em 2016	Estimativa de Impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de Impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei	1º Exercício Subsequente
					2016	2017	2018
a) Auxílio Alimentação	3.3.3.90.46				0,00	0,00	0,00
b) Auxílio Transporte	3.3.3.90.49				0,00	0,00	0,00
c) Auxílio Pré-escolar	3.3.3.90.08				0,00	0,00	0,00
d) Assistência Médica e Odontológica	3.3.3.90.39				0,00	0,00	0,00
e) TOTAL MENSAL DE BENEFÍCIOS	e = a + b + c + d				0,00	0,00	0,00
f) TOTAL ANUAL DE BENEFÍCIOS	f = e x nº de meses				0,00	0,00	0,00

F) ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO DAS DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO (Art. 16 e 17 da LRF)

								R\$1,00
IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo		Estimativa de Impacto para o 1º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de Impacto para o 2º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de Impacto para o 3º exercício da entrada em vigor da Lei	Estimativa de Impacto para o 4º exercício da entrada em vigor da Lei	
		nº de meses -->						
		Ano -->		2016	2017	2018	2019	
a) REMUNERAÇÃO ANUAL	3.3.1.90.11	a = B(b) + C(b) + D(b)		14.599.428	39.353.665	59.098.311	90.035.685	
b) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	b = B(c) + C(c) + D(c)		2.660.101	4.419.578	5.712.562	7.502.974	
c) FÉRIAS	3.3.1.90.11	c = B(d) + C(d) + D(d)		823.667	1.367.634	1.769.377	2.226.085	
d) SOMA	3.3.1.90.11	d = a + b + c		18.083.196	45.140.877	66.580.249	99.764.745	
e) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	e = B(g) + C(g)		2.743.172	7.775.273	11.902.269	17.546.530	
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = B(f) + C(f)		0	0	0	0	
g) INSS	3.3.1.91.13	g = D (e)		29.813	29.813	29.813	29.813	
h) TOTAL - DESPESA DE PESSOAL		h = d + e + f + g		20.856.181	52.945.963	78.512.332	117.341.088	
i) BENEFÍCIOS	Veja Quadro E	i = E(f)		0	0	0	0	
j) IMPACTO ANUAL TOTAL		j = h + i		20.856.181	52.945.963	78.512.332	117.341.088	

R\$1,00

IMPACTO	Natureza da Despesa	Memória de Cálculo	1º Exercício Subsequente	2º Exercício Subsequente
		nº de meses → Ano →	2020	2021
a) REMUNERAÇÃO ANUAL	3.3.1.90.11	a = B(b) + C(b) + D(b)	91.904.033	91.904.033
b) 13º SALÁRIO	3.3.1.90.11	b = B(c) + C(c) + D(c)	7.658.669	7.658.669
c) FÉRIAS	3.3.1.90.11	c = B(d) + C(d) + D(d)	2.377.794	2.377.794
d) SOMA	3.3.1.90.11	d = a + b + c	101.940.497	101.940.497
e) CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	3.3.1.91.13	e = B(g) + C(g)	18.781.441	18.781.441
f) FUNPRESP	3.3.1.90.07	f = B(f) + C(f)	0	0
g) INSS	3.3.1.91.13	g = D (e)	29.813	29.813
h) TOTAL - DESPESA DE PESSOAL		h = d + e + f + g	120.751.751	120.751.751
i) BENEFÍCIOS	Veja Quadro E	i = E(f)	0	0
j) IMPACTO ANUAL TOTAL		j = h + i	120.751.751	120.751.751

G) AFERIÇÃO DOS LIMITES DA LRF (Conforme Art. 19 da LRF)

R\$1,00

ITENS	Memória de Cálculo		Limites LRF	
a) ESTIMATIVA DO IMPACTO ANUAL DA DESPESA COM PESSOAL	a = Item (h) do Quadro (F)		20.856.181	
b) DOTAÇÃO DE PESSOAL PLOA 2015	b = Dotação prevista no PLOA 2015 (deduzidas as fontes 156 e 169)		496.856.437	
c) DESPESA DE PESSOAL PREVISTA	c = a + b		517.712.618	
d) LIMITE LEGAL LRF (% da LRF)	d = Receita Corrente Líquida	01/02/2015 a 01/01/2016 (projeção)	700.438.648.000	0,0739%
e) LIMITE PRUDENCIAL	e = d x 95%		612.848.795	
f) MARGEM RESIDUAL (não utilizada)	f = d - c		126.690.938	